

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

Camila Angélica Canário de Sá Teixeira
Defensora Pública Geral

ANEXO I

CRONOGRAMA PREVISTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

1. O Processo Seletivo Simplificado será realizado segundo o cronograma constante no quadro abaixo, que indica as datas previstas de realização das etapas.
2. As datas aqui previstas poderão sofrer eventuais modificações (antecipação ou adiamento) a serem divulgadas com a adequada antecedência.

CRON	EVENTOS	INÍCIO	TÉRMINO
1	Publicação do Edital	03/02/2026	
2	Período de Inscrição	05/02/2026 às 10h	02/03/2026 até às 17h
3	Requerimento de dispensa de pagamento da taxa de Inscrição	05/02/2026 (das 10 às 17h)	
4	Período de Pagamento da Taxa de Inscrição	05/02/2026	03/03/2026
5	Publicação das inscrições deferidas	05/03/2026	
6	Interposição de Recursos contra as Inscrições Deferidas	06/03/2026	
7	Divulgação do cartão Informativo de Inscrição	09/03/2026	
8	Aplicação da Prova Escrita	15/03/2026	
9	Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva	17/03/2026	
10	Interposição dos Recursos contra o Gabarito Preliminar	18/03/2026	
11	Resultado da análise dos recursos contra o Gabarito Preliminar	23/03/2026	
12	Resultado da Parte I da Prova Escrita	23/03/2026	
13	Interposição dos Recursos contra o Resultado da Parte I da Prova Escrita	24/03/2026	
14	Resultado da análise dos recursos contra o Resultado da Parte I da Prova Escrita	30/03/2026	
15	Resultado da Prova Escrita	30/03/2026	
16	Recursos contra o Resultado da Prova Escrita	31/03/2026	
17	Resultado da Análise dos recursos contra o Resultado da Prova Escrita	01/04/2026	
18	Convocação para sessão de Heteroidentificação	01/04/2026	
19	Heteroidentificação dos candidatos	06/04/2026	08/04/2026
20	Resultado da Heteroidentificação	09/04/2026	
21	Recurso contra o Resultado da Heteroidentificação	10/04/2026	
22	Resultado da análise dos recursos contra o Resultado da Heteroidentificação	13/04/2026	
23	Resultado Final	14/04/2026	
24	Recurso contra o Resultado Final	15/04/2026	
25	Resultado do recurso contra o Resultado Final	16/04/2026	
26	Homologação	17/04/2026	

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PARTE I: CONHECIMENTOS GERAIS (CÓDIGOS 001 A 290)

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e interpretação de textos informativos de variada tipologia, extraídos de livros e periódicos contemporâneos — textos verbais, mistos (verbais e não verbais). Classes de palavras e suas flexões nominais e verbais. Emprego das classes gramaticais nominais e verbais; uso dos tempos e modos verbais. Elementos circunstanciais e suas modalidades. Palavras de conexão intervocabular e interoracional e suas relações no contexto, como articuladores, conectores e operadores argumentativos. Coesão e coerência. Sintaxe de concordância, de regência e de colocação. Crase. Frase, oração e período. Frase nominal e verbal. Elementos constituintes da oração e suas funções morfosintáticas. Processo de coordenação: paralelismo de construção; relação de parataxe. Processo de subordinação: suas relações de dependência e de interdependência; relação de hipotaxe. Orações coordenadas e subordinadas (desenvolvidas e reduzidas). Semântica: denotação, conotação, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiponímia e hiperonímia. Figuras de linguagem. Níveis de linguagem e funções da linguagem. Formas de discurso. Pontuação: seus recursos expressivos e sintático-semânticos. Formação de palavras: processos. Ortografia e acentuação gráfica.

LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA: A Defensoria Pública na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Das disposições gerais e das atribuições institucionais da Defensoria Pública. Da organização da Defensoria Pública. Atribuições e prerrogativas dos Defensores Públicos. A Defensoria Pública como Instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Dos direitos, das garantias e das prerrogativas do Defensor Público. Dos deveres, das proibições, dos impedimentos e da responsabilidade. Do processo administrativo disciplinar. Autonomia funcional e o poder de requisição do Defensor Público. Assistência jurídica integral, assistência judiciária e gratuidade judiciária: conceituação e operacionalização. Direito à assistência jurídica pública. Defensoria Pública e Justiça Gratuita: distinções. Pressupostos para obtenção da Justiça Gratuita. Normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados (Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950 e alterações posteriores). Presunção da hipossuficiência. A Defensoria Pública e o patrocínio de pessoas jurídicas. A Autonomia funcional do Defensor Público. A Defensoria Pública e a Advocacia: distinções. Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e alterações posteriores. Lei Complementar Estadual nº 26, de 28 de junho de 2006 e alterações posteriores (Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado da Bahia) Emendas Constitucionais Federais nº 41/2003, 45/2004 e 80/2014 e Emenda Constitucional Estadual 11/2005. Regimento Interno da Defensoria Pública do Estado da Bahia - Resolução CSDP nº 004/2020 (https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2020/01/res.-004.2020_regimento-interno-da-dpe-ba_para-publicacao_aprovado-em-06-08-2020_texto-consolidado_alterado-pela-res.-11.2025_publicada-em-06.05.2025.pdf) e Resolução CSDP nº 011/2025 (https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2025/03/res.-11.2025_cria-diretoria-de-gestao-de-pessoas_aprovado-em-05.05.2025.pdf). Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia - Resolução CSDP nº 006/2025 (https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2025/03/resolucao-06.2025_codigo-de-etica-da-dpe.ba.pdf).

PARTE II: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ANALISTA TÉCNICO—DIREITO (Códigos 001 a 028):

DIREITO CIVIL: Aplicação da lei no tempo e no espaço; interpretação da lei; analogia. Princípios Gerais do direito e equidade. Das pessoas. Das pessoas naturais. Capacidade civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/15). Das pessoas jurídicas. Do domicílio. Dos bens. Das diferentes classes de bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos. Dos atos ilícitos. Da prescrição e da decadência. Da prova. Noções de obrigações. Dos contratos em geral. Das várias espécies de contratos. Da responsabilidade civil. Do direito das coisas. Da posse. Dos direitos reais. Da propriedade. Da superfície. Das servidões. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Do direito do promitente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

comprador. Do penhor, da hipoteca e da anticrese. Da laje. Do direito de família. Entidades familiares. Relações familiares plurais, diversidade familiar e afetiva. Diversidade sexual. Família homoafetiva. Princípios Constitucionais da família. Do direito pessoal. Do casamento. Das relações de parentesco. Multiparentalidade. Homoparentalidade. Paternidade e maternidade. Filiação. Princípios relativos à filiação. Reconhecimento de filhos. Socioafetividade. Adoção. Do direito patrimonial. Do regime de bens entre os cônjuges. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos. Do bem de família. Da união estável. Da tutela, da curatela e da tomada de decisão apoiada. Do direito das sucessões. Da sucessão em geral. Da sucessão legítima. Da sucessão testamentária. Do inventário e da partilha. Responsabilidade civil do Estado e do particular. Título II da Lei nº 6.015/73 (Lei de Registros Públicos).

DIREITO CONSTITUCIONAL: Direitos e garantias fundamentais: conceito, evolução, características, titularidade, destinatários, colisão e ponderação de valores. Direitos fundamentais em espécie. Conflito de direitos fundamentais. O princípio da proporcionalidade. O princípio da proibição do excesso. O princípio da proibição da proteção insuficiente. O princípio da razoabilidade. Eficácia vertical e horizontal dos direitos fundamentais. Reserva do possível. O direito ao mínimo existencial. O princípio da proibição do retrocesso social. Título II - Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Capítulo II - Dos Direitos Sociais. Capítulo III - Da Nacionalidade. Capítulo IV - Dos Direitos Políticos. Capítulo V - Dos Partidos Políticos. Título III - Capítulo VII - Da Administração Pública. Seção I - Disposições Gerais; Seção II - Dos Servidores Públicos. Título IV - Capítulo III - Do Poder Judiciário. Capítulo IV - Seção I - Do Ministério Público. Seção II - Da Advocacia Pública. Seção III - Da Advocacia. Seção IV - Da Defensoria Pública. Título VIII - Capítulo I - Disposição Geral. Capítulo II - Seção I - Disposições Gerais. Seção II - Da Saúde. Capítulo VI - Do Meio Ambiente. Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. O acesso à justiça e as Defensorias Públicas. Emendas 45/2009 e 80/2014.

DIREITOS HUMANOS: Concepção e Conceitos. Evolução Histórica, Ética e Atualidade dos Direitos Humanos. As liberdades públicas. Direitos Humanos no mundo contemporâneo: análise normativa. Instrumentos e organismos de Proteção dos Direitos Humanos: as normas internacionais e internas afirmação histórica: universalidade e multiculturalismo. As gerações dos direitos humanos. Os direitos individuais, políticos, sociais e culturais. Direitos Fundamentais e a Constituição Federal de 1988 e os deveres dos cidadãos e do Estado. Organismos de proteção interna e internacional. Sistema internacional de proteção e promoção dos Direitos Humanos. Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Sistema Nacional de Direitos Humanos, o papel do Estado e da sociedade, democracia participativa, atores sociais e intervenção no poder de decisão. Resolução de conflitos ante a colisão de direitos humanos. A posição hierárquica dos tratados internacionais de Direitos Humanos em face da Constituição da República do Brasil. O controle de convencionalidade. O direito da autodiscriminação e as ações afirmativas. A prática da exigibilidade e justiciabilidade dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos e as Metas do Milênio com seus objetivos. Noções gerais sobre gênero (Lei Maria da Penha), geração (Estatuto da Pessoa Idosa), raça e etnia (Estatuto da Igualdade racial), Diversidade sexual.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. A Constituição Federal, art. 227. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA): Direito da criança e do adolescente e o Tríplice Sistema de Garantias. A condição jurídica da criança e do adolescente; os direitos humanos (plano internacional e interno). Objeto formal. Crianças e adolescente e relação jurídica. Evolução histórica e base atual. A abrangência: doutrina da proteção integral. Direito da criança e do adolescente e direito do menor: doutrina da situação irregular. Princípios. Sujeitos. Autonomia. Jurisdição e tutela jurisdicional diferenciada. Jurisdição e sociedade contemporânea. Jurisdição inclusiva. O fundamento objetivo e as características de uma tutela jurisdicional diferenciada para a criança e o adolescente. A concretização dos direitos da criança e do adolescente. Os princípios finalísticos e os critérios de interpretação e de integração do direito no ECA. Características da tutela sócio-individual, da tutela coletiva e da tutela sócio-educativa. Parentalidade biológica e socioafetiva, multiparentalidade. Da família natural. Da família substituta. Da guarda. Da tutela. Da Perda e da Suspensão do Poder de Família. Da Destituição da Tutela. Da adoção. Decreto 3.087 de 21/06/1999 que promulga a Convenção relativa à proteção das crianças e a cooperação em matéria de adoção Internacional. Convenção relativa à Proteção concluída

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

em Haia, em 29/05/1993. Do Conselho Tutelar. A imputabilidade penal aos dezoito anos como cláusula pétrea. Garantias processuais e materiais de defesa de adolescentes a quem se atribui autoria de ato infracional ou em cumprimento de medida socioeducativa. Das Medidas de Proteção. Das medidas socioeducativas. Natureza jurídica da medida socioeducativa. Da Apuração de Ato Infracional atribuído a Adolescente. Da justiça da infância e da juventude. Dos procedimentos. Do Ministério Público. Das garantias processuais. Assistência Judiciária Gratuita e Integral na forma de Lei. Da Remissão. Da Tutela dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos. Dos Crimes em Espécie e Das Infrações Administrativas.

DIREITO PENAL: Da aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e da anterioridade. A lei penal no tempo e no espaço. O fato típico e seus elementos. Relação de causalidade. Culpabilidade. Superveniência de causa independente. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Erro de tipo. Erro de proibição. Erro sobre a pessoa. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes da ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Do concurso de crimes. Das penas: espécies, cominação e aplicação. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Efeitos da condenação e da reabilitação. Das medidas de segurança. Das medidas socioeducativas (Lei nº 8.069/90). Da ação penal pública e privada. Da extinção da punibilidade. Da execução das penas em espécie: das penas privativas de liberdade, dos regimes, autorizações de saída, remição e incidentes da execução. Dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra incolumidade pública. Dos crimes contra paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Dos crimes contra o estado democrático de direito. Tráfico ilícito de drogas (Lei nº 11.343/06). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90 e Lei nº 8.930/94). Do ato infracional. Dos Crimes praticados contra a criança e o adolescente. (Lei nº 8.069/90). Lei 11.340/2006 ("Maria da Penha"). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/97). Crimes resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor (Lei nº 7.716/89). Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03). Lei de Execuções Penais (Lei 7.210/1984 e Lei 13.964/2019 - Pacote Anticrime). Execução penal e Direitos Humanos. Direitos sociais e execução penal. Regras mínimas para o tratamento de pessoas presas: plano nacional e internacional de proteção. Execução penal e saúde mental: medidas de segurança e Reforma psiquiátrica (Lei n. 10.216/01).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil. Normas processuais civis. A jurisdição. A Ação: Conceito, natureza, elementos e características; Condições da ação, Classificação. Pressupostos processuais. Preclusão. Sujeitos do processo: Capacidade processual e postulatória; Deveres das partes e procuradores; Procuradores; Sucessão das partes e dos procuradores; Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria pública. Atos processuais: Forma dos atos; Tempo e lugar; Prazos; Comunicação dos atos processuais; Nulidades; Distribuição e registro; Valor da causa. Tutela provisória: Tutela de urgência; Disposições gerais. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença: Procedimento comum; Disposições Gerais; Petição inicial; Improcedência liminar do pedido; Audiência de conciliação ou de mediação; Contestação, reconvenção e revelia; Audiência de instrução e julgamento; Providências preliminares e saneamento; Julgamento conforme o estado do processo; Provas; Sentença e coisa julgada; Cumprimento da sentença; Disposições Gerais; Cumprimento; Liquidação. Procedimentos Especiais. Procedimentos de jurisdição voluntária. Processos de execução. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Livro Complementar. Disposições finais e transitórias. Mandado de segurança. Ação popular. Ação civil pública. Ação de improbidade administrativa. Reclamação constitucional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: Princípios gerais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Sujeitos da relação processual. Inquérito policial. Acordo de não persecução penal (Lei 13.964/2019 - Pacote Anticrime). Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais. Ação penal pública. Titularidade, condições de procedibilidade. Denúncia: forma e conteúdo; recebimento e rejeição. Ação penal privada. Titularidade. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. Ação civil. Jurisdição. Competência: critérios de determinação e modificação. Incompetência. Efeitos. Das questões e processos incidentes. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Do exame de corpo de delito, da cadeia de custódia

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

e das perícias em geral (Lei 13.964/2019 - Pacote Anticrime). Do Juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça. Da prisão e das medidas cautelares e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Forma, lugar e tempo dos atos processuais. Dos atos processuais. Atos das partes, dos juízes, dos auxiliares da Justiça e de terceiros. Dos prazos: características, princípios e contagem. Da sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Da coisa julgada. Procedimento comum. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95) e alterações posteriores. Procedimento no Júri. Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos e modalidades. Da revisão criminal. Das exceções. Do Habeas Corpus. Do desaforamento. Do processo e do julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Do processo e do julgamento dos crimes de calúnia e injúria, de competência do juiz singular. Do processo e do julgamento dos crimes de tráfico de drogas. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). Audiências de Custódia.

DIREITO ADMINISTRATIVO: 1 Princípios do direito administrativo. Origens, objeto e conceito. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. 2 Ato administrativo. Estado de direito. Noção. Elementos (agente competente, objeto, forma, motivo, finalidade). Atributos (presunção de legitimidade/veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade). Nulidades. Anulação e revogação. Cassação. Preservação (convalidação, ratificação e conversão). 3 Processo administrativo. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Finalidades. Devido processo legal no âmbito administrativo. Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). Processo administrativo disciplinar. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida. Lei Estadual 12.209/2011 4 Licitação. Noções gerais. Tratamento normativo. Legislação básica. Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores; Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Princípios. Modalidades (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão). Fases do processo licitatório. Instauração. Habilitação. Classificação. Julgamento. Homologação. Adjudicação. Inversão de fases. Dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Controle. Aspectos penais. 5 Contratos da administração. Tipologia. Contratos clássicos (obras, serviços, compras, concessões e permissões). Regime jurídico. Mutabilidade. Prerrogativas da Administração. Cláusulas exorbitantes. Alteração unilateral. Equilíbrio econômico-financeiro. 6 Servidores públicos. Cargos públicos. Regime jurídico. Vencimento, remuneração e subsídio. Estabilidade. Vitaliciedade. Acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Lei 6.677/1993 Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia 7 Improbidade administrativa. 8 Lei Federal 13.709/2018 (LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRAÇÃO (Código 030 a 057):

Funções básicas do administrador (planejamento, organização, direção e controle). Planejamento: operacional, tático e estratégico. Administração das disponibilidades; administração de receitas e desembolsos; administração do passivo circulante; gestão de contas a pagar; administração do capital de giro. Depreciação. Planejamento financeiro: estrutura de custos; planejamento do caixa; fluxo de caixa. Elaboração de orçamentos. Principais demonstrações contábeis: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício. Análise de balanços: análise vertical e horizontal; análise do fluxo de caixa. Índices financeiros: liquidez, endividamento, lucratividade. Planejamento e controle de estoque; tipos de estoque, níveis de estoque; análise de estoque; métodos de previsão de demandas; custo e avaliação de estoques; controle de estoques. Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores; Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Decreto estadual nº 19.898/2020. Elaboração de Orçamento de Referência (Decreto Federal nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e alterações posteriores). Procedimento administrativo para a realização de

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral (Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021); Seleção, avaliação e qualificação de fornecedores. Compliance: conceitos, princípios e boas práticas. Consolidação das leis do Trabalho Decreto-lei nº 5.452/1993 e alterações posteriores. Lei Federal nº 13.467/2017 e alterações posteriores. Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei nº 6.677/1994 e alterações posteriores). Folha de Pagamento: remuneração (salário e parcelas não salariais). Jornada de trabalho e hora-extra. Descontos em folha. Descanso semanal remunerado (DSR). Salário-família. Férias. 13º Salário. Administração Pública: princípios constitucionais, poderes administrativos, princípios norteadores dos serviços públicos, Princípios do processo administrativo, ato administrativo: requisitos, vícios, revogação e anulação. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico–Ciências contábeis (Código 060):

Contabilidade Pública: Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico> Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei Federal nº 4320/1964 e alterações posteriores); Plano de Contas; Escrituração e consolidação das contas; Balanço (orçamentário, financeiro e patrimonial); Ativo (financeiro e permanente); Passivo (Financeiro e permanente); Saldo patrimonial. Contas de compensação. Receitas e despesas. Receitas: fontes; tipos (correntes e de capital). Despesas (correntes e de capital). Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores. Subvenções. Inversões financeiras. Controle da execução orçamentária: controle interno; controle externo. Normas para a prestação de contas pelos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Direta e Indireta Estadual, e respectiva instrução, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia (resolução nº 000083/2025). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico–Secretariado Executivo (Código 070):

Manual de Redação Oficial da Presidência da República (3ª edição); Recepção e atendimento. Técnicas secretariais: arquivos, agendas e follow-up; organização de viagens; organização de reuniões. Técnicas de arquivamento: classificação, organização, arquivos correntes e protocolo. Gestão de documentos. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Procedimentos arquivística: código de classificação guarda, prazos de guardar, preservação, eliminação, vigência, retenção e prescrição. Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991). Tipos de arquivo. Tipos de documentos. Protocolo: conceito, tipos e procedimentos. Sistema de Arquivamento. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo. Cerimonial e Protocolo em eventos institucionais: fundamentos, normas, etiqueta, ordem de precedência, formas de tratamento, composição de mesa, símbolos nacionais. Planejamento, organização e coordenação de eventos institucionais. Inglês técnico para redação de documentos. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

Analista Técnico – Jornalismo (Código 080):

Jornalismo institucional: características, gêneros, público-alvo, grupos de publicação, seleção de informações, periodicidade, suporte, estilo e linguagem. Técnicas de redação e angulação. Tipos de lead. Comunicação institucional. Produção de release, comunicados e notas oficiais. Assessoria de imprensa. Clipping. Reportagem: tipos, modalidade de entrevistas e o processo de produção da notícia. Gerenciamento de site institucional e das Redes Sociais. Arquitetura de Informação. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Cerimonial e Protocolo em eventos institucionais: fundamentos, normas, etiqueta, ordem de precedência, formas de tratamento, composição de mesa, símbolos nacionais. Planejamento, organização e coordenação de eventos institucionais. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Comunicação social-Publicidade e Propaganda (Código 090):

Gestão estratégica da comunicação: planejamento, posicionamento, estratégias. Propaganda institucional. Veículos de propaganda. Funções da propaganda. Marketing institucional. Marketing digital. Criação publicitária. Criação, produção e veiculação do anúncio. Campanhas: tipos, ciclo de vida, estratégias. Redação publicitária. Briefing. Novas mídias e plataformas. Presença digital. e-branding. Gestão de conteúdo no site institucional e Redes Sociais. Arquitetura de Informação. Produção de vídeos institucionais. Planejamento, organização e divulgação de eventos institucionais. Publicidade e psicologia. Percepção visual. Indicadores de resultados e métricas da comunicação. Endomarketing. Princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e alterações posteriores). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 e alterações posteriores). Lei do Exercício da profissão de publicitário e de Agenciador de Propaganda (Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965, e alterações posteriores); Regulamento para a execução da Lei nº 4.680/1965 (Decreto nº 57.690, de 1 de fevereiro de 1966, e alterações posteriores). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Design (Código 100):

Comunicação visual. Linguagem visual. Processo de criação em design gráfico. Design na comunicação visual. Planejamento do design gráfico. Formato, layout, grid e tipografia. Diagramação. Computação gráfica. Editoração eletrônica. Apresentação do texto. Edição fotográfica. Imagens. Fontes. Cores. Papel. Design aplicado a mídia impressa, digital e web. Design aplicado a produção de logotipo, símbolo, slogan, folder, flyer, cartaz e livro. Identidade visual e manual da marca. Briefing. Arquitetura de Informação. HyperText Markup Language (HTML). JavaScript. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Produção Audiovisual (Código 110):

Elaboração e desenvolvimento de projetos audiovisuais. Produção audiovisual: pré-produção, produção e pós-produção. Produção audiovisual: roteiro, direção, áudio, montagem, produção, criação, edição, finalização, divulgação e registro. Ferramentas para a produção audiovisual. Elementos fílmicos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

Produção de conteúdo audiovisual. Fundamentos da linguagem audiovisual: elementos, gêneros e formatos. As formas documentais. Criação audiovisual para internet. Multimídia, crossmedia e transmedia. Transmissão de conteúdo ao vivo. Noções de instalação, manutenção e operação de equipamentos de áudio, vídeo e registro fotográfico. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Arquitetura (Código 120):

Desenho técnico de edificações com uso dos programas AutoCad e Sketchup. Projetos de obras civis: arquitetônicos, civis, instalações elétricas e hidrossanitárias, prevenção e combate a incêndio, planejamento e programação de obras, ergonomia no ambiente de trabalho, sustentabilidade. Arquitetura corporativa. Anteprojeto e Projetos arquitetônicos. Paredes estruturais no projeto arquitetônico. Projeto arquitetônico de Instalações elétricas; quadro de distribuição de circuitos, circuitos da instalação, aterramento do sistema, materiais: dispositivos de manobra, caixas de passagem, eletrodutos, tomadas, iluminação. Instalações prediais de telefonia. Sistemas de condicionadores de ar. Segurança contra incêndio: sistemas de alarme e detecção, sistemas de iluminação de emergência, sistemas de sinalização de emergência, sistemas de proteção: extintores, sprinklers, hidrantes, saídas de emergência. Projeto hidrossanitário: aparelhos sanitários, banheiros, copa, sistema de esgoto, sistemas de água potável, sistema de águas pluviais. Acessibilidade: adequação das instalações para pessoas com deficiência. Vocabulário técnico e simbologias utilizadas em projetos arquitetônicos. Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Parte 1: Diretrizes e terminologia (ABNT NBR 16636-1:2017). Elaboração e desenvolvimento de serviços técnicos especializados de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Parte 2: Projeto arquitetônico (ABNT NBR 16636-2:2017). Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (Norma ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida:2021). Avaliação de imóveis urbanos (ABNT NBR 14653-2:2011). Parecer técnico relacionado à Arquitetura. Resolução CAU/BR Nº 21/2012. Resolução CAU/BR Nº 198/2020. Elaboração de planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações. Fiscalizar obras e serviços. Gestão ou fiscalização de contratos administrativos em matéria de construção civil e arquitetura. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Código de Ética e Disciplina do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Engenharia Civil (Código 130):

Gerenciamento de projetos. Ciclo de vida do projeto: planejamento, execução, monitoramento e controle. Inspeção e manutenção das instalações prediais. Manutenção de edificações (ABNT NBR 5674:2024). Reformas em edificações (ABNT NBR 16280:2024). Inspeção predial (ABNT NBR 16747:2020 Versão Corrigida:2020). Sistemas prediais de esgoto sanitário (NBR 8160:1999). Sistemas prediais de água pluvial, esgoto sanitário e ventilação: Tubos e conexões de PVC, tipo DN- requisitos (ABNT NBR 5688:2018). Canteiro de obras. Características, propriedades e aplicações dos materiais utilizados na construção civil: concreto, aglomerantes, argamassas, materiais cerâmicos, Madeiras, vidros, tintas, impermeabilizantes, drywall, materiais alternativos. Durabilidade e vida útil dos materiais. Alvenaria estrutural: tipos de lajes, distribuição e arranjos das paredes estruturais. Comportamento das estruturas quando sujeitas a forças: grandezas fundamentais, elementos estruturais e seus comportamentos, avaliação de estruturas existentes. Sistemas hidrossanitários: abastecimento da rede predial de distribuição de água: reservatórios industriais, moldados in loco,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

sistema elevatório, materiais para condução de água potável, materiais para condução de esgoto, manifestações patológicas em reservatórios de água: causas, ensaios de estanqueidade, infiltração, contaminação da água, impermeabilização, procedimento de limpeza, preservação da potabilidade da água. Segurança contra incêndio. Vocabulário técnico e simbologias utilizadas em projetos de engenharia. Estudo Técnico Preliminar (ETP): conceitos, definições, fundamentos, diretrizes gerais, elementos obrigatórios e facultativos. Elaboração de Termos de Referência (TR) de obras e serviços de engenharia. Elaboração de orçamento de obras de engenharia. Acompanhamento da execução contractual. Recebimento do objeto do contrato. Perícias de engenharia na construção civil (ABNT NBR 13752:2024). Parecer Técnico relacionado à Engenharia Civil. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Resolução no 1.002, de 26 de junho de 2002. Código de ética do profissional da engenharia, da agronomia, da geologia, da geografia e da meteorologia. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Engenharia Elétrica (Código 140):

Vocabulário técnico e simbologia utilizada em projeto de instalações elétricas. Grandezas fundamentais. Fornecimento de energia elétrica: ligações monofásicas, bifásicas e trifásicas; padrão de entrada; ramal de ligação; quadro de medição. Tensão e corrente elétrica: variação de tensão e os equipamentos bivolt. Potência elétrica; fator de potência, potência elétrica total instalada, Instalação elétrica de baixa tensão (ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008). Projetos elétricos: elementos do projeto, dimensionamento de dutos, aterramento, previsão de carga. Locação de pontos elétricos, localização dos quadros elétricos, instalação em circuitos terminais, distribuição de cargas, dimensionamento dos condutores elétricos, proteção contra sobrecorrentes, dispositivos de proteção, proteção contra descargas atmosféricas. Iluminação: fluxo luminoso, intensidade luminosa, iluminância, características dos materiais. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). NR-10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade. Resolução no 1.002, de 26 de junho de 2002. Código de ética do profissional da engenharia, da agronomia, da geologia, da geografia e da meteorologia. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Engenharia Mecânica (Código 150):

Projetos mecânico. Manutenção de instalações. Execução de reparos. Emissão de Parecer Técnico relacionado à Engenharia Mecânica. Estudos de viabilidade. Capacidades de Comunicação e Resolução Técnica de Problemas. Materiais e Tensões. Resistência dos Materiais. Engenharia dos Fluidos. Sistemas técnicos e de energia. Transmissão de Movimento e Potência. Sistemas Térmicos – Refrigeração. Reservatórios termossolares - Requisitos específicos para utilização em sistemas de acumulação de energia solar térmica - Segurança mecânica e elétrica (ABNT NBR 16641:2023). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Resolução no 1.002, de 26 de junho de 2002. Código de ética do profissional da engenharia, da agronomia, da geologia, da geografia e da meteorologia. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

Analista Técnico – Engenharia Ambiental (Código 160):

Projetos Ambientais. Estudos de Impacto Ambiental. Viabilidade Ambiental. Licenciamento Ambiental (Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025 e suas alterações posteriores). Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011 e suas alterações posteriores. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 e suas alterações posteriores). Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e suas alterações posteriores). Avaliação de impacto ambiental (Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986 e suas alterações posteriores). Emissão de Parecer Técnico. procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental (Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997). Fiscalização de obras e empreendimento sob a ótica ambiental. Emissão de parecer técnico relacionado à Engenharia Ambiental. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Resolução no 1.002, de 26 de junho de 2002. Código de ética do profissional da engenharia, da agronomia, da geologia, da geografia e da meteorologia. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Pedagogia (Código 170):

Treinamento e desenvolvimento. Educação corporativa. Projetos Pedagógicos. Aprendizagem organizacional. Desenvolvimento de competências. Levantamento de necessidade de Treinamento. Processo de ensino-aprendizagem. Metodologias ativas. Avaliação de aprendizagem em treinamentos: reação, aprendizado, comportamento e resultados. Aprendizagem e didática. Ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Pedagogia, andragogia, antropogia e heutagogia no contexto organizacional. Abordagens teórico-metodológicas sobre o planejamento e avaliação da prática pedagógica no contexto organizacional. Planejamento, organização e avaliação de eventos institucionais. Programas de formação continuada. Abordagens pedagógicas: comportamentalismo, cognitivismo, construtivismo e humanismo. Teorias da motivação. Desenvolvimento de lideranças. Comunicação organizacional. Gestão do conhecimento. Cultura e clima organizacional. Avaliação de Desempenho. Estágio de estudantes (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e suas alterações posteriores). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Normas de licitações e contratos administrativos aplicáveis no âmbito da Administração Pública do Estado da Bahia (Lei nº 14634, de 28 de novembro de 2023 e suas alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Antropologia (Código 180):

História da Antropologia. Antropologia: conceito e a construção do pensamento antropológico, evolucionismo, universalismo e relativismo cultural. A concepção clássica, magia, religião e cultura. Estruturalismo e interacionismo simbólico. Etnocentrismo e colonialismo. Raça, racismo e etnocídio. Raça e Cultura. Diversidade de culturas. Família, parentesco, moralidade e sexualidade. Antropologia das comunidades tradicionais no Brasil: povos indígenas no Brasil, teorias da etnicidade, indigenismo; populações afro-brasileiras, comunidades quilombolas; religiões de matriz africana. Antropologia Cultural. Arte popular e patrimônio. Propriedade Cultural. Antropologia e meio ambiente. Antropologia das emoções. Antropologia social. Antropologia corporativa. Cultura organizacional. Recursos Humanos e Estudo organizacional. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Segurança do Trabalho (Código 190):

Identificação e prevenção de riscos ocupacionais. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT). Procedimento de Inspeção de Segurança e Saúde do Trabalho. Normas Regulamentadoras: NR-1 - Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais; NR-4 - Serviços especializados em segurança e em Medicina do Trabalho; NR-5 - Comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio - cipa; NR-6 - equipamento de proteção individual - EPI; NR-7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, NR-8 - Edificações; NR-9 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos; NR-10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade; NR-11 - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais; NR-12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos; NR-17 - Ergonomia; NR-18 - Segurança e saúde no trabalho na indústria da construção; NR-23 - Proteção contra incêndios; NR-24 - Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; NR-26 - Sinalização de segurança; NR-35 - Trabalho em altura. Relatório e Parecer Técnico em Segurança do Trabalho. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Relações Públicas (Código 200):

Planejamento em Relações Públicas. Teorias da Comunicação. Identificação e segmentação de públicos na comunicação. Comunicação Organizacional. Comunicação estratégica. Endomarketing. Ferramentas de Comunicação. Gestão do Relacionamento. Gestão da Reputação: planejamento estratégico da Imagem Organizacional. Gestão de Crises. Medição e avaliação dos resultados das ações de Relações Públicas. Ética nas Relações Públicas. Planejamento, organização e divulgação de eventos institucionais; Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Calculista (Código 210):

Cálculos e avaliações em Processos judiciais e extrajudiciais. Custas e débitos processuais. Indenizações. Cálculos Trabalhistas. Cálculos Previdenciários. Avaliação de bens. Cálculo de alimentos. Atualização de débitos: multa, correção monetária, juros. Encargos. Emissão de laudos e pareceres técnicos. Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores). Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A).

Analista Técnico – Enfermeiro (Código 220):

Triagem e acompanhamento de pacientes. Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), coleta de dados, diagnóstico de Enfermagem com base na Taxonomia da "Associação Norte-Americana de Diagnóstico em Enfermagem" (NANDA), Classificação de Intervenções de Enfermagem (NIC) e Avaliação da Assistência de Enfermagem (NOC), documentação e registro. Princípios da administração de medicamentos. Cuidados de Enfermagem relacionados à terapêutica medicamentosa. Assistência de Enfermagem na prevenção e controle de infecção. Processo de Enfermagem ambulatorial. Relatórios de Enfermagem. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2024 (RENAME). Resolução COFEN nº 556/2017 (anexos e alterações posteriores); Recomendações COFEN para Registros de Enfermagem no Exercício da Profissão (2023). Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde (<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt>). Direitos e deveres dos usuários da saúde

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

(Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009). Código de ética dos profissionais de Enfermagem. Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores).

Analista Técnico – Fisioterapeuta (Código 230):

Efeitos fisiológicos, indicações e contraindicações de termoterapia, fototerapia, massoterapia, cinesioterapia e eletroterapia. Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. Fisioterapia em neurologia. Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. Fisioterapia em pediatria e geriatria. Fisioterapia em pneumologia. Fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar. Desenvolvimento neuropsicomotor. Avaliação e tratamento de patologias respiratórias, pneumológicas, cardiológicas, ortopédicas, reumatológicas, pediátricas, geriátricas, neurológicas, e decorrentes de traumas. Bioética profissional. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e alterações posteriores). Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores). Grau de incapacidade física (GIF). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Código de Ética e Deontologia da Fisioterapia (Resolução nº 424, de 08 de julho de 2013). Normas Regulamentadoras nº 6 (NR 6), nº 32 (NR 32). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores).

Analista Técnico – Farmacêutico (Código 240):

Toxicologia e monitoramento de fármacos terapêuticos. Farmacopeia Brasileira (7ª edição) Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2024 (RENAME) Parecer sobre substâncias químicas/medicamentos. Qualidade e boas práticas. Controle de qualidade no laboratório. Erros na coleta de amostras; Acurácia, precisão, exatidão, sensibilidade. Problemas analíticos; Problemas de interpretação; Fatores biológicos que afetam a interpretação dos resultados. Biossegurança em Laboratórios. Equipamento de Proteção Individual (EPI) - Norma Regulamentadora nº 6 (NR-6), Portaria MTP nº 2.175, de 28/07/2022. Segurança no trabalho em serviços de saúde - Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32), Portaria MTP nº 4.219, de 20/12/2022. Critérios de indicação, inclusão e exclusão de medicamentos na Lista de Medicamentos de Referência (Resolução - RDC nº 35, de 15 de junho de 2012 e alterações posteriores). Regulamento Técnico para Medicamentos Genéricos (RDC nº 16/2007, anexos e alterações posteriores); Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial (Portaria nº 344/1998, anexos e alterações posteriores); Controle sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos (Lei Federal nº 5.991/1973 e alterações posteriores). Código de ética dos farmacêuticos (Resolução nº 724, de 29 de abril de 2022, anexos e alterações posteriores). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

Analista Técnico – Biologia (Código 250):

Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações posteriores). Gestão de Unidade de Conservação. Sistema Nacional de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e alterações posteriores). Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia (Lei nº 10.431 de 20 de dezembro de 2006). Decreto Estado da Bahia nº 14.024 de 06 de junho de 2012. Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 e alterações posteriores e Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990). Gestão de Unidade de Conservação. Sistema Nacional de Conservação da Natureza (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e alterações posteriores). Lei de crimes ambientais (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores) Perícias Ambientais. Bioma Caatinga: levantamento de fauna e flora. Licenciamento ambiental. Procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental (Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997). Avaliação de impacto ambiental (Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986). Crimes contra Administração pública (Código Penal, Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e suas alterações posteriores, artigos 312 a 337-A). Microsoft Office 365 para Windows versão em português: Word, Excel, PowerPoint, Outlook. Improbidade Administrativa (lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores).

PCI Concursos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

ANEXO III

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

Cron	Território de Identidade	Municípios do Território de Identidade
1	Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço
2	Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires
3	Bacia do Rio Corrente	Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho
4	Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolândia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério, Wanderley.
5	Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibipitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.
6	Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussipe, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner
7	Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália
8	Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapóã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda
9	Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique
10	Itaparica	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas
11	Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramarí, Cardeal da Silva, Catu, Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouricangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias
12	Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una, Uruçuca
13	Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiáú, Itagi, Itagibá, Itamarí, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã
14	Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaí, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória
15	Metropolitano de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz
16	Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova
17	Piemonte do Paraguçu	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Teresinha, Tapiramutá
18	Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim
19	Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Iará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova
20	Recôncavo	Cabaceiras do Paraguçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara, Varzedo
21	Salvador	Salvador
22	Semiárido Nordeste II	Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto
23	Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá
24	Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi
25	Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente
26	Sudoeste Baiano	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
27	Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra
28	Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
POR TEMPO DETERMINADO (REDA) - EDITAL Nº 001/2026

ANEXO IV_DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELA DIGITALIZAÇÃO DE
DOCUMENTOS

Eu, _____, inscrito no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO (REDA) DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, Edital nº 001/2026**, com inscrição nº _____, RG nº _____, CPF/MF nº _____, declaro, nos termos do artigo 8º do Decreto 10.278, de 18/03/2020, que regulamentou o artigo 3º da Lei 13.874 de 20/09/2019 e artigo 2º-A, da Lei 12.682 de 09/07/2012, que me responsabilizo pela digitalização do(s) documento(s) abaixo relacionado(s), o qual reproduz, integralmente, o documento físico que se encontra em minha posse, respondendo pela conformidade do processo de digitalização, que seguiram os padrões determinados pelo artigo 5º do referido decreto:

Relação de documentos

(relacionar todos os documentos que estão sendo enviados via upload)

I – Documento de Identidade

II – Diploma

III –

IV -

[...]

_____, em ____/____/____
(Local/Data)

Assinatura com certificado digital

PCI Concursos